

Demonstrações Contábeis

SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ

**31 de dezembro de 2019 e 2018 com Relatório dos
Auditores Independentes**

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE




Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

29/abril/2020

Aos conselheiros (as) e administradores (as) da

SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ.

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Prezada (s) senhora (s),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^ª., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas encerradas em 31 de dezembro de 2019 da **Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz.**

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE




Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....4-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS	08
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE




Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa
 @grupo_audisa
 grupoaudisa.consultores

SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis com Ressalva

Depreciação Acumulada – Vida útil dos bens

Conforme mencionado na nota nº 07, em 2018 a Sociedade de Santa Cruz realizou a atribuição de custo (deemed cost) com base no valor justo de seus imobilizados próprios, com a finalidade de uniformizar os critérios de valorização dos bens do ativo imobilizado, conforme NBC TG 27 – Imobilizado. Ao realizar o ajuste deste, não efetuou a realização da revisão das taxas de acordo com a vida útil dos bens conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 1.177/09, cujos efeitos impactam no montante da Depreciação e no Resultado do Período.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **SOCIEDADE DOS IRMÃOS DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de abril de 2019, que não conteve modificação.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

Responsabilidades da administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

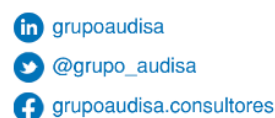
Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de maio de 2020

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “RS” 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alpaville - 06454-000
saopaulo@grupoaudisa.com.br
Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus - 90150-005
portoalegre@grupoaudisa.com.br
Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 grupoaudisa.consultores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D073-1A50-14B3-DDE5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D073-1A50-14B3-DDE5



Hash do Documento

D4FEF62CA1E35A20E6636273689CDB7D8E6FA4A00EB8BC8ACCD0F35B934D70D2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/06/2020 é(são) :

- Ivan Roberto Dos Santos Pinto Junior (Sócio Diretor) -
566.878.500-91 em 01/06/2020 11:06 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixas	4	26.411	103.546
Adiantamentos	5	31.611	34.548
Outras Contas a Receber	6	141.961	43.766
Total do ativo circulante		199.982	181.860
Ativo Não Circulante			
Impostos a Recuperar		748	5.248
Imobilizado, líquido	7	5.244.076	5.211.545
(-) Depreciação acumulada		(235.587)	(116.042)
Intangível, líquido	7	4.246	4.246
(-) Amortização acumulada		(3.852)	(3.852)
Total do ativo não circulante		5.009.631	5.101.145
TOTAL DO ATIVO		5.209.614	5.283.005
Passivo e Patrimônio Social			
Passivo Circulante	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores		1.989	17.341
Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais	8	61.565	63.238
Obrigações Fiscais		8.272	7.406
Outras Contas a Pagar	9	127.742	16.632
Total do passivo circulante		199.568	104.616
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		719.773	694.167
Déficit do Exercício		(168.343)	(50.933)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7	4.458.616	4.535.155
Total do Patrimônio Líquido		5.010.046	5.178.388
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		5.209.614	5.283.005

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Período

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receitas das Atividades Assistenciais			
Com Restrição			
		978.932	1.123.407
Receita de Convênio Privado		644.065	816.449
Subvenção Custeio Assistencial		334.867	306.958
		612.814	434.135
Sem Restrição			
Nota Fiscal Paulista		-	-
Contribuições e Doações Voluntárias		222.667	215.577
Aluguéis		195.073	137.738
Outros Recursos Recebidos		195.073	80.821
Total Receitas	11	1.591.745	1.557.542
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com Programas (Atividades)			
		(1.751.157)	(1.602.633)
Salários, Encargos e Benefícios		(1.196.139)	(1.040.163)
Alimentação		(171.306)	(181.210)
Despesas Gerais e de Consumo		(177.200)	(154.279)
Despesas com Informática e Telecomunicações		(33.329)	(36.084)
Água, Energia Elétrica e Gás		(35.030)	(46.232)
Material Pedagógico		(18.608)	(28.623)
Depreciação e Amortização		(119.545)	(116.043)
Déficit Bruto		(159.412)	(45.091)
Resultado Financeiro Líquido			
		(8.931)	(5.843)
Receitas Financeiras		1.008	3.622
Despesa Financeiras		(9.940)	(9.464)
Déficit do Período		(168.343)	(50.933)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
 Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
 nº.46.040.259/0001-67
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
 Em reais

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficit Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	272.853	-	344.775	617.628
Resultado do Exercício	-	-	-50.933	-50.933
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial		-76.539	76.539	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	4.611.694	-	4.611.694
Incorporação do Superávit	421.314	-	-421.314	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	694.167	4.535.155	-50.933	5.178.389
Incorporação do Déficit	-50.933		50.933	-
Resultado do Período	-	-	-168.343	-168.343
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.539	-76.539		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	719.773	4.458.616	-168.343	5.010.046

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

	2019	2018
1. Atividade Operacional	-44.604	94.113
1.1 Variação das Atividades Operacionais	-48.798	65.109
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	-168.343	-50.933
Despesas Depreciação e Amortização	119.545	116.043
1.2. Variação nos ativos e passivos	4.194	29.004
Outras Contas a Receber	-98.195	816
Adiantamentos	2.937	-22.010
Impostos a Recuperar	4.500	-4.500
Fornecedores	-15.351	7.959
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-807	39.856
Outras Contas a Pagar	111.110	6.883
2. Fluxos de caixa das atividades de investimento	-32.531	-23.628
Aquisição de ativos	-32.531	-23.628
4. Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	-77.135	70.486
Caixa e equivalente de caixa no início do período	103.546	33.060
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	26.411	103.546
Variação no caixa e equivalente de caixa	-77.135	70.486

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Entidade é mantenedora do Centro Comunitário Irmão André (CECOIA), um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCVF que possui caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Este Serviço faz parte da Proteção Social Básica atendendo crianças e adolescentes na faixa etária de 06 anos e 14 anos e 11 meses em situação de vulnerabilidade e/ou social, em contra turno escolar.

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema de gestão do conteúdo específico da Assistência Social criado em 2005, dividido em Proteções Básica e Especial. O trabalho realizado pelo CECOIA propõe desenvolver habilidades para a formação de um cidadão competente, com autonomia e maturidade para vivência em diferentes contextos.

O CECOIA possui caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social. Realiza as atividades por meio dos Valores de Santa Cruz: Ser família, Agir com zelo, Levar esperança e Educar mentes e corações. Esses valores são vivenciados no CECOIA e ensinados para que façam parte da vida futura, formando pessoas humanas e dignas.

Busca uma variedade de oficinas, com atividades lúdicas em diferentes áreas para as crianças, adolescentes e também para a comunidade, com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, bem como os vínculos sociais, buscando apresentar meios para que os atendidos e atendidas possam enfrentar vulnerabilidades relacionais, contribuindo para a formação de pessoas que desenvolvam todo o seu potencial intelectual e humano, com aptidões que os levem a estabelecer uma relação construtiva consigo próprio, com o outro e com o mundo.

No ano de 2019 o CECOIA atendeu **207 crianças** e adolescentes oferecendo atividades complementares de contra turno. As atividades são realizadas durante a semana, no período das 7h às 17h.

Em 2019 o CECOIA realizou as seguintes oficinas: jogos de linguagem, convivendo, música, brincar, artes e desenho, mundo das letras, expressão corporal, inclusão digital, esporte, atividades cooperativas, culinária, inglês, identidade pessoal e territorial, higiene pessoal e corporal, saúde bucal, cuidado com o meio ambiente, leitura, aniversariantes do mês, convivência entre usuário, Entidade e família, vivências externas em locais diversos, história de vida, vínculos e valores, atividades recreativas, protagonismo social, feira do livro, diálogo com adolescentes e reunião com grupo familiar.

2. Base de Preparação e Apresentação

2.1. Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019 e 2018 Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

Em reais

CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são as provisões para contingências e a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa anualmente as estimativas e as premissas.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Essas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas foram aprovadas pela Diretoria da Congregação em 30 de abril de 2020.

2.5. Novas normas técnicas

Nos exercícios de 2019 e 2018 entrarão em vigência os Pronunciamentos Contábeis a seguir relacionados:

- CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018
- CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018
- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019

Para as normas já vigentes a partir do exercício de 2019, não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Quanto ao CPC 06 (r2), estudos preliminares apontam que não haverá impactos relevantes para as demonstrações financeiras, entretanto, eventuais efeitos, se significativos, serão tratados conforme dispositivos previstos nas normas em questão.

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
nº.46.040.259/0001-67
Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
Em reais

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado (superávit) do exercício.

3.2. Apuração do Déficit

O déficit é apurado pelo regime de competência, em conformidade com Resolução 1.409/2012 (ITG 2002) R1.

As subvenções governamentais (convênios com a prefeitura) recebidas para educação e assistência social foram integralmente aplicadas nessas atividades.

3.3. Imobilizado

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

3.4. Passivo circulante e não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Contingências Ativas e Passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

Ganhos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
nº.46.040.259/0001-67

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

Em reais

Contingências passivas: são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e nem divulgação.

3.7. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do déficit apurado em cada período.

3.8. Tributação

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2014, certificado pela Portaria nº 848 de 29/10/2015, da Secretaria da Educação do Ministério da Educação.

Em 23/12/2014 a Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz protocolizou tempestivamente junto ao Ministério da Educação, mediante protocolo nº 23000.014726/2014-39, o pedido de Renovação, o qual se encontra no aguardo do término da análise e abrange o período de 2015 a 2017.

Em 29/11/2017 a Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz protocolizou tempestivamente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, mediante protocolo nº71000.080061/2017-47, pedido de Renovação, o qual se encontra também em análise e refere-se ao período de renovação de 2018 a 2020.

O protocolo de renovação serve como prova da regularidade da certificação até o julgamento do referido processo, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e art.8º do Decreto 8.242/2014. Esta certificação confere a Entidade os benefícios fiscais de imunidade do imposto de renda (com base no Artigo 150 da Constituição Federal) e isenção da contribuição social sobre o superávit e da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

As atividades classificadas como educacionais foram abrangidas pela da Cisão Parcial ocorrida em 01 de janeiro de 2016, desta forma, restou sob responsabilidade da Entidade o programa CECOIA, o qual enquadra-se como projeto assistencial. Por esse motivo, a partir de 01 de janeiro de 2016, a Entidade passou a realizar suas prestações de contas para o Ministério do Desenvolvimento Social e não mais para o Ministério da Educação, para fins de manutenção da certificação nº.71010005154200963.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. São demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço apresentado e não superam o valor de mercado. O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
 Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
 nº.46.040.259/0001-67
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
 Em reais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Bancos C/C	12.678	3.298
Aplicações Financeiras	13.733	100.248
Total	26.411	103.546

5. Adiantamentos

São compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamento de Férias	31.611	33.343
Adiantamento a Fornecedores	-	1.205
Total	31.611	34.548

6. Outras Contas a Receber

A seguir detalhamento:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Despesa do Exercício Seguinte	787	33
Reembolso a Receber da Congregação de Santa Cruz	43.732	43.732
Outras Contas a Receber	97.442	
Total	141.960	43.765

7. Imobilizado e Intangível Líquido

Demonstrado a custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear com as taxas anuais estabelecidas pela legislação fiscal. Abaixo demonstramos os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo líquido:

Descrição 2019	Deprec./Amortiz. Taxa a.a. (%)	Custo Aquisição	(-) Deprec./Amortiz. Acumulada	Imobilizado Líquido 2019
Imobilizado				
Terrenos	0%	2.562.474	0	2.562.474
Edifícios e Construções	4%	2.511.421	-200.914	2.310.507
Móveis e Utensílios	10%	92.130	-13.234	78.896
Máquinas e Equipamentos	10%	29.472	-4.706	24.766
Equipam. de Informática	20%	48.579	-16.733	31.845
Total Imobilizado (R\$)		5.244.076	-235.588	5.008.489

Intangível				
Direito e Uso de Softwares	10%	3.500	-3.158	342
Marcas e Patentes	0%	747	-694	53
Total Intangível (R\$)		4.247	-3.852	395

8. Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais

O saldo é composto por obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar, registrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

Obrigações com Pessoal	31.12.2019	31.12.2018
Provisão de Férias	46.989	50.006
INSS a Recolher	6.606	5.655
FGTS a Recolher	7.970	7.494
Total Encargos	61.565	63.238

9. Outras Contas a Pagar

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Congregação de Santa Cruz	10.951	7.602
Subvenções Municipais a Executar	109.189	5.222
Empréstimos Consignados	0	485
Outros (Valor a ser reembolsado CSC)	7.602	3.323
Total	127.742	16.632

10. Patrimônio Social

A formação do Patrimônio Social é composta dos Déficits ou Superávits apurados, ano a ano, no resultado do período. Adicionalmente, eventuais ajustes de anos anteriores são contabilizados igualmente nesta rubrica.

Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

Da Documentação / Laudo de Avaliação Patrimonial, dos procedimentos adotados e critérios de ajuste:

O Ajuste de Avaliação Patrimonial foi realizado em 31/12/2017 com base nos laudos técnicos de avaliações de imóveis, estes que por sua vez foram elaborados pela empresa **R2K SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA.**, conforme o imóvel avaliando, pela sua natureza e condições geoeconômicas foi utilizado o “**Método Comparativo de Dados de Mercado**” e o “**Método do Custo de Reposição**” para a determinação dos valores da avaliação. Na prática de avaliação de bens, uma abordagem de cálculo é incluída ou omitida baseada na aplicabilidade do método para o tipo de bem objeto da avaliação.

A sua escolha foi estabelecido nas partes 1 e 5 da NBR 14653, com o objetivo de mostrar comportamento do mercado por meio de modelos que demonstrem racionalmente o convencimento do valor.

11. Receitas das Atividades Assistenciais

Receitas Com Restrição	31.12.2019	31.12.2018
Receitas das Atividades Assistenciais	-	-
Receita de Convênio Privado	-	-
Convênio Congregação de Santa Cruz	644.065	816.449
Subvenção Custeio Assistencial	-	-
Subvenção - SMCTAIS	334.867	306.958
Total Receitas Com Restrição	978.932	1.123.407

12. Aplicação de recursos

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

DESCRIÇÃO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
CO-FINANCIAMENTO PMC/MUNICIPAL	264.872	- 264.872	- 0
CO-FINANCIAMENTO PMC/ESTADO	51.935	- 51.935	0
CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ	644.065	- 644.065	-
SUBVENÇÃO MUNICIPAL	18.060	- 18.060	-
TOTAL: RECEITAS C/SUBVENÇÃO/PARCELIAS E DESP.COM PROJETOS ASSIST.	978.932	- 978.932	0

RECURSOS PRÓPRIOS: RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	613.812	- 705.627	- 91.815
--	---------	-----------	----------

TOTAL GERAL	1.592.744	- 1.684.559	- 91.815
--------------------	------------------	--------------------	-----------------

RECEITAS DIVERSAS	390.136
RECEITAS FINANCEIRAS/APLICAÇÕES	1.008
RECEITAS DOAÇÕES MONETÁRIAS	67.468
RECEITAS DOAÇÕES NÃO MONETÁRIAS	155.199
TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	613.812

DESPESAS COM PESSOAL	413.475
----------------------	---------

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
 Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
 nº.46.040.259/0001-67
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
 Em reais

DESPESAS OPERACIONAIS	238.925
DESPESAS INSTITUCIONAIS	280
DESPESAS FINANCEIRAS	9.940
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	43.007
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS	705.627

APLICAÇÕES DOS RECURSOS: Tarifas bancárias; assessoria jurídica; material pedagógico; Ministério da Fazenda; Ministério da Previdência Social; serviços de segurança; uniformes; vale-transporte; pagamento de salário; manutenção predial; material de higiene e limpeza; assistência odontológica; cesta básica; medicina e segurança no trabalho; seguro de vida e previdência; férias; adiantamento quinzenal; material de copa e cozinha; transporte de passageiros; treinamento de colaboradores; alimentos; água e esgoto; serviços advocatícios; bens imóvel; material de informática; crédito consignado; serviços contábeis; Prefeitura Municipal de Campinas; seguro predial; manutenção de veículo; rescisão; décimo terceiro salário; propaganda e marketing.

13. Isenções Usufruídas de INSS

Em seguida, apresentamos o resumo anual dos benefícios usufruídos pela Sociedade devido à isenção do INSS Patronal.

Tributos sobre as atividades	31.12.2019	31.12.2018
Conta Patronal INSS (incluído SAT+ Terceiros)	178.189	202.878
Total	178.189	202.878

14. Dirigentes e Conselheiros

Os diretores, conselheiros e sócios não percebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título.

15. Receitas e Custos (com e sem restrição)

Receitas Com Restrição	31.12.2019	31.12.2018
Receitas das Atividades Assistenciais		
Receita de Convênio Privado		
Convênio Congregação de Santa Cruz	644.065	816.449
Subvenção Custeio Assistencial		
Subvenção - SMCTAIS	334.867	306.958
Total Receitas Com Restrição	978.932	1.123.407

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
 Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
 nº.46.040.259/0001-67
 Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
 Em reais

Receitas Sem Restrição	31.12.2019	31.12.2018
Nota Fiscal Paulista	16.855	-
Doações Pessoa Física	9.618	12.588
Doações Pessoa Jurídica	196.194	202.990
Aluguéis	195.073	137.738
Outros Recursos Recebidos	195.073	80.821
<i>Receitas Eventuais</i>	195.073	80.821
<i>Conversão de Mútuo a pagar para a Congregação de Santa Cruz em Doação</i>	-	-
Total Receita Sem Restrição	612.814	434.136
Total Receitas com e sem restrição	1.591.745	1.557.542
Receitas Financeiras	1008	3622
TOTAL RECEITA	1.592.754	1.561.164
Despesa Com Restrição	31.12.2019	31.12.2018
Convênio Congregação de Santa Cruz	644.065	816.449
Subvenção – SMCTAIS	334.867	306.958
Total Despesa Com Restrição	978.932	1.123.407
Despesa Sem Restrição	31.12.2019	31.12.2018
Custos/Despesas Com Recursos Próprios	772.225	479.226
Despesa Financeiras	9.940	9.464
Total Despesa Sem Restrição	782.165	488.691
RESULTADO (COM E SEM RESTRIÇÃO)	-168.343	-50.933

16. Voluntários

TRABALHO VOLUNTÁRIO	31.12.2019	31.12.2018
Apuração do Trabalho Voluntário	5.699,40	0

De acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002, o trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz
Rua Egberto Ferreira de Arruda Camargo, 151 - Bairro Notre Dame - Campinas - SP - CNPJ
nº.46.040.259/0001-67
Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018
Em reais

17. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros:

Coberturas (Riscos diversos)	31.12.2019	31.12.2018
Responsabilidade Civil Geral, Patronal, Veículos	595.300	405.000
Cobertura Total (R\$)	595.300	405.000

16. Requisitos para o gozo da imunidade

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

Atendimento ao artigo 14 da Lei 9532/97, a Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz declara:

A	não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
B	aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
C	manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
D	conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
E	apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
F	recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
G	assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
H	outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

RONALDO ANTONIO DE ALMEIDA:94644900478 Assinado de forma digital por RONALDO ANTONIO DE ALMEIDA:94644900478
Dados: 2020.06.03 09:45:58 -03'00'

Ronaldo Antônio de Almeida
Diretor Presidente da CSC
CPF: 946.449.004-78 - RG: 50.631.060-7 SSP/SP

VALDIR MARQUES:03060080844 Assinado de forma digital por VALDIR MARQUES:03060080844
Dados: 2020.06.01 12:42:35 -03'00'

Valdir Marques
Contador: CRC: 1SP097639/o-6
CPF: 030.600.808-44 - RG: 4.600.090-2 (SSP-SP)